



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 11/12/2017.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 32

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **ORDEM DO DIA**

- 1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2017**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017**
- 3. REQ. N. 1863/17, DATADO DE 31/10/2017 – PC N.º 350/16, DATADO DE 29/08/2016 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA**
- 4. REQ. N. 1971/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 137/17, DATADO DE 11/04/2017 – ROGELASTRO, S.A.**
- 5. REQ. N. 2041/17, DATADO DE 29/11/2017 – PC N.º 455/17, DATADO DE 16/10/2017 – MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ E MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ**

6. REQ. N. 1916/17, DATADO DE 09/11/2017 – PC N.º 489/2015, DATADO DE 09/11/2015 – MANUEL CARVALHO
7. REQ. N. 1993/17, DATADO DE 22/11/2017 – PC N.º 520/17, DATADO DE 22/11/2017 – VITOR MANUEL RODRIGUES FAUSTINO
8. REQ. N. 1871/17, DATADO DE 31/10/2017 – PC N.º 151/15, DATADO DE 05/06/2015 – SEVLAIRES - PLÁSTICOS LDA
9. REQ. N. 2024/17, DATADO DE 27/11/2017 – PC N.º 594/2017, DATADO DE 27/11/2017 – MARIA ELVIRA FERREIRA DOS SANTOS CRUZ
10. REQ. N. 2025/17, DATADO DE 27/11/2017 – PC N.º 456/16, DATADO DE 27/10/2016 – JORGE FONTE ISIDORO
11. REQ. N. 2012/17, DATADO DE 24/11/2017 – PC N.º 441/16, DATADO DE 19/10/2016 – DORA HELENA NUNES CAVALEIRO
12. REQ. N. 1835/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 69/16, DATADO DE 02/03/2016 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
13. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA – ADAE.
14. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA ALTA ESTREMADURA – ENERDURA.
15. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
16. NÃO RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA”
17. NÃO RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - CASAL GALEGO”
18. RECEÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEÍRIA /PRAIA DA VIEIRA”
19. P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – *“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES - ADJUDICAÇÃO
20. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º CENTRO-07-2114-FEDER-000065 *“PRODUTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DE LEÍRIA”*. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA.
21. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE ARTIGOS PARA VENDA NA LOJA DO MUSEU DO VIDRO
22. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JANEIRO DE 2018 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

23. APOIO À CASA DO PESSOAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE. TRANSPORTE DE REFEIÇÕES DA CANTINA PARA O BAR SITUADO NOS PAÇOS DO CONCELHO
24. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – ASSOCIAÇÃO CASA D ÁRVORE- ABCNATUR
25. ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE: FESTA DE NATAL 2018
26. ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA A.D.E.S.E.R. II, IPSS: SALAS DE ESTUDO E GABINETE MÃO ABERTA
27. ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON: PROJETO ENCONTROS TERAPÊUTICOS COM PARKINSON
28. ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS: ALMOÇO DE NATAL
29. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – CLUBE DOS MÚSICOS DA MARINHA GRANDE
30. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2017 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA – SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE BALIZA E DE PROTEÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL
31. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO
32. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – ASSOCIAÇÃO TOCÁNDAR
33. APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DE 2017 E DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DE 2017, SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
34. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA - COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO DE 1934, EM JANEIRO DE 2018
35. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA – SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE BALIZA E DE PROTEÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL
36. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DCD 2017/53 CELEBRADO COM A SPM - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MOEL - PASSAGEM DE ANO DE 2017/2018
37. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A EAS ACADEMIA DE FUTEBOL DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO CONTRATO- PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018

38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SPORT OPERÁRIO MARINHENSE E APROVAÇÃO DO CONTRATO- PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
39. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º MAIO E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
40. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º JANEIRO E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
41. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS” E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
42. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
43. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SPORT OPERÁRIO MARINHENSE - TORNEIO DE XADREZ “MEMORIAL JOSÉ VAREDA”
44. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON - DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA
45. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS
46. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO
47. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE
48. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO - APD-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE NOVE LUGARES PARA TRANSPORTE DE ATLETAS - MODIFICAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DELIBERADO EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 17/08/2017
49. ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE EM VIRTUDE DA ENTRADA EM VIGOR DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA DE OVAR – MARINHA GRANDE (POC-OMG)
50. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Júlio Franco Rosa**, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que leu a sua intervenção, que abordava os seguintes assuntos:

- falta de computadores para os utentes da Biblioteca Municipal;
- o mau estado dos acessos ao mercado municipal;
- passeio danificado em Casal do Malta;
- buraco existente na saída do estacionamento da Conservatória;
- na Estrada da Nazaré, no sentido norte/sul, os passeios estão danificados e a necessitar de manutenção. Lembrou, a propósito, o caso de uma queda verificada em Almada, em que a Câmara se viu envolvida como arguida;
- perguntou se se vislumbra a construção do novo mercado, e se tal não se verificar para breve, deverão ser arrançados os acessos, porque os munícipes merecem;
- falta de poda das árvores na praça, em S. Pedro de Moel e também na Marinha Grande, junto ao Banco Popular;
- terminou a intervenção lembrando um pedido feito no anterior mandato pelo Vereador Carlos Logrado, relativo à lista dos prédios propriedade da Câmara. Sobre este assunto referiu que poderá voltar a abordá-lo fora da reunião, se a Sr.ª Presidente assim o entender.

**2 - Sr. Álvaro Miramar Letra**, residente na Rua Dr. Artur Neto de Barros, n.º 13, Vieira de Leiria, que começou a sua intervenção cumprimentando todos os autarcas eleitos. Seguidamente referiu que o assunto que aqui o trouxe é um problema de há 11 anos, quando a sua filha comprou uma casa na Rua do Mirante, e desde então que se anda a protelar o saneamento desta rua, que julga saber que não será só para esta rua, será também para a infraestrutura da Rua da Fonte Santa. O anterior Presidente da Câmara prometeu o saneamento para 2015, e desculpa após desculpa, terminou com a informação de que o projeto não estava feito, o que não era verdade. A cave da casa da sua filha já se inundou por diversas vezes, e tem que requisitar o despejo de fossas frequentemente, tal como se poderá confirmar nos serviços. Terminou a sua intervenção agradecendo que o assunto seja “agarrado” já no início deste mandato.

A **Sr.ª Presidente** agradeceu as palavras do Sr. Júlio Rosa, e referiu que houve atraso na instalação dos novos computadores, mas neste momento o assunto está resolvido, com computadores ao serviço dos cidadãos. Em relação aos restantes assuntos, tomou nota das suas preocupações com as acessibilidades, que são também as da Câmara. No que respeita à poda das árvores, informou que vai dar indicações aos serviços.

Relativamente à intervenção do Sr. Álvaro Letra, disse que levantou a questão em boa altura, uma vez que se está a elaborar o orçamento para 2018.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** pediu o contacto do Sr. Júlio Rosa para combinarem a ida ao local. Referiu que foi há poucos dias à Travessa, Rua e Beco do Mirante ver a situação descrita pelo Sr. Álvaro Letra. Sabe que o projeto foi iniciado, mas é preciso ir ver a passagem e verificar se há necessidade de fazer negociações com os proprietários. No intervalo falará com o Sr. Álvaro, para recolher mais informações.



### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **A Sr.ª Presidente prestou as seguintes informações:**

- Reuniu-se com o STAL- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, para falarem sobre a reposição salarial.
- Recebeu representantes da Vidrala, que vieram apresentar cumprimentos e a sua disponibilidade para colaborar com a Câmara.
- Reuniu com o IPL – Instituto Politécnico de Leiria, que vieram apresentar uma das bicicletas que integram a frota do projeto U-Bike.
- Participou, com o Vice-Presidente, numa reunião na CCDR, onde estiveram também os Presidentes das Câmaras que tiveram problemas com os incêndios, para tratar da questão das habitações da Vieira. Foi informado nessa reunião que as pessoas atingidas terão direito a um apoio para aquisição de bens, mediante candidatura e preenchimento de um formulário próprio. Esse apoio irá até ao valor de 2.500€.
- Rotura em S. Pedro de Moel – foram tomadas medidas de emergência, para segurança das pessoas que lá se encontravam a trabalhar e das consequências da intempérie. Foi criado um *bypass* para abastecimento às pessoas afetadas, e hoje mesmo começou a trabalhar uma empresa na contenção de terras que poderiam pôr em risco duas casas e uma garagem existentes no local. Houve também a colaboração de um geólogo para dar apoio na questão da estabilização das terras.
- Pinhal do Rei – amanhã realizar-se-á a primeira ação de reflorestação do Pinhal do Rei, após o incêndio de 15 de outubro. Esta ação foi organizada pelas Câmaras Municipais da Marinha Grande e de Leiria, pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e pelo Ministério da Educação, e visa sensibilizar as crianças para aquilo que será a mata.  
Amanhã à tarde deslocar-se-á a Lisboa, para uma reunião com o Secretário de Estado das Florestas, no âmbito da CIMRL, onde também estará o Vereador da Câmara de Pombal, e que terá a ver com as equipas florestais e os gabinetes técnicos para as florestas.

Deu ainda conta do documento que foi enviado pelo ICNF, com as medidas a tomar na mata em termos de taludes, cursos de água, etc. e referiu que há contactos com o Eng.º Ricardo Vicente, da Comissão “O Pinhal é nosso”, para combinar as iniciativas ligadas ao voluntariado e que se encontram previstas.

Informou que foram vendidos 1.000 m<sup>3</sup> de madeira, que tinha que ser retirada no âmbito das medidas preventivas, e que na próxima quarta-feira se realizará uma hasta pública em Viseu, onde irão ser vendidos 12 a 14.000 m<sup>3</sup> de madeira ardida. Também já estão a ser colocados os blocos de proteção nas matas, cujos trabalhos a Proteção Civil está a acompanhar.

Seguidamente a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- **Matérias intermunicipais:**

No âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros a Câmara Municipal passou a ser autoridade de transporte.

Nessa matéria questionámos:

1. “Quais as diligências que a Sr.<sup>a</sup> Presidente já realizou nesta matéria?
2. Se prevê delegar competências?
3. Como pensa organizar os transportes depois de 3 de dezembro de 2019 (data limite). Vai constituir-se como operador interno, fazer concessão, recorrer a prestador de serviços?”.

- **Saúde:**

Questionámos sobre o ponto de situação da falta de médicos nos centros de saúde?

- **Reunião na CCDR devido ao problema das habitações em Vieira de Leiria, consequência dos incêndios.**

Questionámos se foram dadas algumas indicações quanto aos apoios a disponibilizar para resolver o problema das pessoas que sofreram danos habitacionais cujas habitações não se encontram não devidamente licenciadas. Fomos informados que essas situações, tal como nós já tínhamos antecipado na segunda reunião do órgão executivo, **“Não são reparáveis”**. O Vereador Carlos Caetano informou que há alternativas que a CCDR aponta como por exemplo apoiar a construção de outras habitações em terrenos das próprias vítimas, em locais passíveis de construção legalizável ou aquisição de outras habitações. Contudo, foi dada nota de que “hoje há uma reunião com os técnicos na CCDR para obter formação para elaborar os processos de candidaturas destinados aos apoios financeiros. Os processos passam diretamente pela CCDR”.

• A Sr.<sup>a</sup> Presidente partilhou um dossier com ações (ICNF):

Questionámos sobre esse documento, a que nenhum dos vereadores em regime de não permanência teve acesso, designadamente quem vai fazer o quê, isto é, que ações fará o ICNF, a CMMG ou os voluntários.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente não deu resposta objetiva. Disse apenas que:

- CMMG : disponibiliza 3 técnicos para acompanhamento das ações, há o processo da sinalização e iniciou-se o fecho das vias (new jersey betão)
- ICNF: ainda não tem plano de trabalho
- Na Ribeira é o ICNF que está tratar.
- Aguarda a vinda de um Engenheiro para se definirem os trabalhos.

- **Processo aluimento de terras - Agosto**

Solicitámos o processo completo referente ao rebentamento de uma conduta de água, no passado dia 23 de agosto, em S. Pedro de Moel, o qual provocou um aluimento de terras e provocou danos num veículo. (Relatório de danos desta ocorrência, informações internas, diligências para fazer a reparação).”



**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, e colocou as seguintes questões:**

- Já há uma proposta de protocolo de incentivos aos bombeiros?
- Há mais informações sobre o regulamento de apoio às coletividades?
- Há mais informações sobre o Centro de Saúde e a falta de médicos?
- Uma vez que a reunião extraordinária marcada para o dia 7 de dezembro não se realizou, gostaria de saber se vai haver uma nova marcação.
- Há mais informações sobre os incêndios?
- Como lhe foi perguntado e não soube responder, vai colocar a questão: como se pode marcar uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Presidente?
- Um município enviou a todo o executivo um e-mail sobre a existência de postes de alta tensão colocados junto a uma habitação. Pretende saber se a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu resposta ao município e como foi solucionado o problema.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

- *Como a Sra. Presidente informou que a Câmara gastou 10.000,00€ para comprar blocos de cimento e ir fechar estradas da mata para cortar árvores que estão em risco de cair, sugerimos que se pedisse ao ICNF que atuasse prioritariamente na estrada da volta aos 7 (sobretudo na Estrada entre a ponte nova e canto do ribeiro), para que esteja aberta no dia 10 de Maio (quinta-feira da Ascensão), dado que os marinhenses este ano têm muito menos locais para fazer os seus piqueniques.*

- *Sobre a rotura de água em S. Pedro e a consequente “cratera”, referimos que a reparação da adutora dos Altos Picotes para S. Pedro e para a Marinha, bem como todo o sistema de abastecimento de água ao concelho, foram sempre a primeira prioridade do MPM, e que vimos insistindo desde 2013. O evitável aconteceu, era previsível. As roturas são permanentes e ainda recentemente houve uma rotura muito próxima, que praticamente soterrou um carro. A quantidade de água que agora correu pela Av. das Piscinas, e desceu pela Rua Aníbal Bettencurt, foi semelhante à que então correu. As adutoras dos Altos Picotes para S. Pedro, assim como para a Marinha, estão degradadas. As roturas são permanentes, procurem os registos nos serviços e verão. Quanta vez é preciso continuar a acontecer roturas destas para se decidir reparar. É até haver uma catástrofe? Que pode ser em S. Pedro ou na Marinha.*

*Na ata de 11/06/2015 referi que: “Ontem ocorreu uma rotura de água na estrada de S. Pedro. Teve conhecimento, disseram-lhe que já tinham informado os serviços, avisou o Sr. Vereador Paulo Vicente, que depois lhe comunicou a resolução do problema. Lembrou, a propósito, que a adutora dos Altos Picotes necessita há muito tempo de uma solução, pelo que recomenda que se estude e se resolva com a maior brevidade.”*

*O Vereador Paulo Vicente disse: “Rotura – foi alertada, mas o piquete já estava em serviço. Tratou-se de um problema num tubo da adutora para S. Pedro, mas a água não chegou a faltar. Relativamente aos Altos Picotes os técnicos sugerem diversificar os pontos de abastecimento de água, pelo que irão ser reativados alguns furos, que estão aptos, e está a ser feita prospeção num outro ponto de abastecimento, onde parece que a água será boa.”*

*Tivessem ouvido as nossas propostas, ao invés de afirmarem que as obras não se fazem por obstaculização da oposição, e isto não tinha acontecido.*

*Fiz perguntas concretas:*

- a) *Há quanto tempo foram limpas as pluviais nesta zona onde abriu a cratera?*
  - b) *Quando há uma rotura creio que existe um sistema de alerta diretamente para os serviços. Gostaria de verificar estes registos*
  - c) *Num dos vídeos que foram publicados, um município diz que telefonou para o piquete de serviço e que era reencaminhado para a Câmara. Dizia ter alertado para a rotura e que passadas duas horas, ainda continuava a jorrar água. Isto é verdade?*
  - d) *As obras são apenas de emergência ou estruturais? São provisórias ou definitivas, ou seja, se ficam resolvidas de vez.*
- *A CIMRL é a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria composta pelos Municípios de Ansião, Alvaiázere, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.*

*A missão passa pelo desenvolvimento de parceiras dentro e fora do território, na ótica de otimização de meio e recursos, e visa o desenvolvimento integrado e sustentado de projetos e atividades de interesse comum aos municípios, contribuindo para a competitividade, coesão e economia de escala das intervenções do território, numa ótica de obtenção concreta de vantagens competitivas, nomeadamente, redes saúde, educativa, transportes, etc.*

*Desde 2013 que estamos no executivo, e nunca tivemos qualquer informação do que se passa na CIMRL (nem os municípios), quais os projetos, que atividades, que vantagens para os marinhenses.*

*Recentemente, e por outra via, tivemos acesso ao Plano de Atividades (PA) e Orçamento para 2018 da CIMRL. Um dos projetos é a Central de Compras, com o objetivo de redução de custos com as aquisições, decorrentes do ganho da economia de escala, a rapidez na contratação, a redução de custos com as aquisições, a poupança consequente. É dito no PA que em 2017, as entidades aderentes adjudicaram um valor que ascende os 11,5 Milhões de euros, o que perfaz uma estimativa de poupança na ordem dos 900 mil euros. O município de Leiria nos últimos dois anos adjudicou quase 14M€*

*Entre os municípios aderentes estão incluídos 9 dos 10 municípios da CIMRL. Há um que não aderiu: Marinha Grande.*

*Questionámos:*

1. *Porque motivo a Câmara da Marinha Grande não se aliou aos seus parceiros da CIMRL e integra a central de compras, para mais que todos os outros aderiram à central de compras.*
2. *Porque é que a TUMG, como entidade empresarial municipal, também não integrou esta central de compras?*
3. *Qual a razão porque a Câmara da Marinha Grande prefere fazer as compras diretamente aos fornecedores, e não utilizar, o que parecem ser vantagens de utilizar uma central de compras?*
4. *Haverá interesse da Câmara da Marinha Grande em escolher os seus fornecedores, e não beneficiar dos parceiros que apresentam melhores condições para o município?"*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, e colocou as seguintes questões:**

*Perguntou para quando as gravações ao vivo das reuniões da Câmara?*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu que tem de haver condições para isso e ser colocado no orçamento.

A **Sr.ª Vereadora** prosseguiu a sua intervenção, louvando os munícipes que vieram colocar questões, assim como a disponibilidade do Sr. Vereador Carlos Caetano, esperando que essa ida ao terreno dê frutos e não seja só ir.

Em relação à questão do saneamento entende que se deve dar cumprimento à promessa feita pelo anterior Presidente da Câmara.

Sobre as informações prestadas pela Sr.ª Presidente gostaria de pormenorizar.

- Bike: como se processa?
- O apoio de 2.500€ vem de onde: da Câmara ou do Governo?
- Não percebeu a reunião convocada pela CIMRL, sugerida pelo Secretário de Estado das Florestas.
- Reputa de extrema importância a reunião de 30 de novembro, com os Bombeiros. Ficou reforçado que no início de 2016 o Comandante dos Bombeiros tinha dado um grito de alerta ao então Presidente da Câmara, sobre as condições com que os voluntários se debatiam, nomeadamente a escassez de meios humanos, na Marinha Grande e na Vieira. Na reunião de Câmara de junho de 2017 o então Presidente da Câmara e a Sr.ª Vereadora Cidália esconderam este documento, que é um pedido de ajuda dos Bombeiros, e disseram, ao seu pedido de informações, que estava tudo bem. Na reunião de Câmara de 27/11/2017 pediu que a sua proposta fosse agendada para a próxima reunião e não foi agendada. Será que desde janeiro de 2016 ainda não houve disponibilidade para se discutir este assunto?
- Pediu respostas às questões que colocou na última reunião de Câmara.
- Rotura em S. Pedro – a CDU sempre tem alertado para o desinvestimento a que se tem vindo a assistir em S. Pedro.
- Quem assessorou tecnicamente a Sr.ª Presidente na redação do manifesto que aqui foi aprovado por todos? Lamenta a falta de rigor na elaboração do documento, verificada depois de analisado tecnicamente pela Comissão “O Pinhal é nosso”.
- Lamenta não ter sido possível realizar a reunião de Câmara extraordinária, pela qual tanto se bateu.
- Lamenta também que todos os Vereadores não tenham sido envolvidos, que o Primeiro-Ministro ainda não tenha vindo visitar o pinhal ardido, como o fez o Presidente da República.
- Lamenta a falta de respostas às questões que colocaram.
- A 30 de novembro já se devia estar no terreno a implementar as medidas urgentes, que deveriam ser tomadas antes de se verificarem as primeiras chuvas, que entretanto já aconteceram.
- O dossier técnico do ICNF é um resumo do dossier que a Comissão apresentou ao ICNF e à Câmara. É uma abordagem muito pobre, com um dossier feito à pressa, para sossegar o Secretário de Estado e a população. É ridículo dizer que o ICNF está à espera de uma pessoa, o Eng.º Ricardo, para levar a cabo as iniciativas.

Colocou as seguintes questões:

- Como se pagou e se apoiou os Bombeiros?
- Qual o apoio ao ACM e ao Torneio Interescolas?
- Porque se paga na pista de gelo? Porque é que a receita é para aquelas instituições e não outras? Como se processa o procedimento?

**Às questões colocadas a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- Transporte de passageiros – a Câmara vai-se constituir como operador interno. A CIMRL está a fazer uma candidatura, e todas as Câmaras delegaram esta competência na CIMRL.  
A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** perguntou quando foi delegada e se veio ao órgão.  
A **Sr.ª Presidente** informou que esteve presente na primeira reunião da CIMRL e essa competência estava delegada, e só poderá responder a partir do dia 25 de outubro. A CIMRL tem neste momento as informações de todos os concelhos. Aquilo que perguntou nessa reunião foi se sabiam que a Câmara da Marinha Grande tem uma empresa de transportes municipais. A Câmara quer fazer o transporte até à Moita e também à Vieira, e isso passa por uma discussão mais profunda.  
A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** queria interromper, mas a **Sr.ª Presidente** não permitiu, referindo que irá dando as informações que tiver.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que é exatamente isso que também quer, que seja dado conhecimento aos Vereadores das reuniões da CIMRL.  
A **Sr.ª Presidente** prosseguiu a sua intervenção e referiu que é isso que pretende fazer e que quer ter a maior transparência.
- Falta de médicos – informou que pediu uma reunião ao Secretário de Estado da Saúde e aguarda a marcação.
- Conduta de S. Pedro – a informação que prestou é o ponto de situação de que dispõe. Na passada sexta-feira e no sábado o executivo com pelouros esteve na Câmara a trabalhar no orçamento e a ver quais os projetos prioritários, que eram a água e o saneamento. Pensou-se lançar um projeto que englobasse tudo, e logo no dia seguinte houve esta rotura.
- Reunião na CCDD – foi marcada na quarta-feira à tarde, dia 6 de dezembro. Foi com o Sr. Vice-Presidente, pensava que a questão da reconstrução das casas não licenciadas fosse abordada mas não foi, por isso colocaram esta preocupação em relação a algumas das casas da Vieira, mas neste momento a informação é de que não irão autorizar.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** esclareceu que inicialmente havia uma informação de que seria autorizado mas agora não. Sugerem que se adquira uma casa noutra local ou então que se reconstrua a habitação num local onde seja permitido, de preferência das pessoas, revertendo o primeiro terreno para o Estado.  
Hoje está a decorrer uma reunião com os técnicos das trinta Câmaras atingidas, onde está a ser passada toda a informação para a candidatura e para que os técnicos depois possam informar e apoiar as pessoas.  
A **Sr.ª Presidente** esclareceu que a verba de 2.500€ é para as pessoas atingidas pelos incêndios e que viram os seus bens (móveis, electrodomésticos) ardidos se poderem candidatar.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** acrescentou que todas as compras e questões de dinheiro passam pela CCDD e não pela Câmara.
- A **Sr.ª Presidente** prosseguiu, referindo que aquilo que a empresa está a fazer em S. Pedro é conter as areias e a estrada, para fechar a cratera e estabilizar também as casas. Depois, e a par disto, terá que ser feito um projeto para reparação de todas as infraestruturas, a serem feitas por fases, e já hoje esteve a ser vista a forma de lançar o procedimento.

- Protocolo com os Bombeiros - relativamente à pergunta colocada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino, a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** referiu que tem falado com a direção, que lhe disse para não se preocupar de imediato, e uma das questões a ser vista tem que ver com as taxas.  
Seguiu-se uma troca de palavras com a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho**, que questionou a Sr.<sup>a</sup> Presidente sobre a razão de não ter agendado a proposta que apresentou na última reunião.
- Postes de alta tensão – a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** informou que colocou a questão à EDP, que informou que o processo está parado. Esta resposta já foi enviada aos municípios que colocaram a questão. Aguardam-se novas informações.
- A Sr.<sup>a</sup> Presidente reafirmou que aquilo que o anterior Presidente Paulo Vicente dava como informação era aquilo de que dispunha.
- Referiu que vai marcar uma reunião com o ICNF e tentar ter nessa reunião o próprio Presidente do Instituto.
- Sobre a rotura – informou que desde o alerta até ao fecho da água decorreram 37 minutos.
- Central de compras da CIMRL – quando perguntou porque é que a CMMG não estava inscrita responderam-lhe que a Câmara conseguia preços mais baixos, e deram-lhe como exemplo a iluminação pública. Contudo vai analisar melhor o assunto.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que a Câmara não tinha que comprar, tinha é que aderir.
- Bike – a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** informou que é um projeto de financiamento só para o IPL.
- Seguidamente registou-se uma troca de palavras entre a **Sr.<sup>a</sup> Presidente**, a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sobre o trabalho conjunto a levar a cabo na sequência dos incêndios.  
A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** disse que espera que a Sr.<sup>a</sup> Presidente saiba defender intransigentemente a reivindicação das Vereadoras da CDU, para que a instalação da sede de qualquer gabinete ou representação das florestas seja no concelho, porque é aquele que tem mais de 2/3 do seu território ardido.  
A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu que não precisa deste recado porque esta posição é aquela que assumiu de imediato em todas as reuniões onde tem estado e se tem falado em gabinete ou empresa pública para as florestas.  
A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que na sua opinião a Câmara deveria avançar já com a disponibilização de um espaço.  
A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** disse que terá todo o gosto em o fazer, da mesma forma como tem feito e fará para o futuro Museu da Floresta.

**Seguidamente usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra, que respondeu o seguinte às questões referentes às suas áreas:**

- Apoio à Gala dos Bombeiros – a Câmara adquiriu o som e a luz, no valor de 900€ + IVA. A receita foi de 4.850€ + 1.000€ de dois donativos no dia da Gala.

- Torneio do ACM – não há qualquer pedido de apoio.
- Apoio para 1.º escalão (caderneta) – não tem qualquer pedido.
- Pista de gelo – para melhor gestão, e também para apoio às três instituições escolhidas, o preço é de 2€/30 minutos. São as duas Associações de Bombeiros do concelho porque precisam, e depois, para abranger também a freguesia da Moita, foi escolhida a Associação S. Silvestre, que está com dificuldades financeiras para o lar da 3.ª idade.
- Monitores da pista de gelo – contactou três coletividades para ajudarem, e os 1.600€ serão dados pela empresa às Associações. Os monitores são da Escola Guilherme Stephens e do IDV. O SCM não conseguiu disponibilizar. Todos os dias é feita a caixa e a Vereadora tem conhecimento. Por acordo entre as três instituições a receita de caixa será distribuída da seguinte forma: 40% para a Associação de Bombeiros da Marinha Grande e 30% para a Associação de Bombeiros de Vieira de Leiria e 30% para a Associação S. Silvestre.

As **Senhoras Vereadoras Ana Alves Monteiro e Alexandra Dengucho** referiram que não concordam com esta forma de subsídio e questionaram se essa doação de verba pela empresa, que a Câmara vai pagar, é legal.

A **Sr.ª Presidente** informou que a pista foi contratada por um certo valor, que engloba a prestação de certos serviços pela empresa, indo esta contratar pessoas para a prestação do serviço de monitores, que são estes voluntários, e dará o valor aos Bombeiros.

Seguiu-se uma discussão sobre a forma de regularizar o processo, tendo a **Sr.ª Presidente** dito que face às preocupações demonstradas se vai analisar o processo.

Foi ainda discutida a dimensão da pista de gelo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 17:05 horas às 17:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

#### 1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2017

1133 - Presente a ata n.º 29, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 27 de novembro de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

1134 - Presente a ata n.º 30, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de novembro de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **3 - REQ. N. 1863/17, DATADO DE 31/10/2017 – PC N.º 350/16, DATADO DE 29/08/2016 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA**

1135 - Presente requerimento n.º 1863/17, datado de 2017/10/31, constante do processo camarário n.º 350/16, subscrito por **TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA.**, com o NIPC 503563501, com sede na avenida 1.º de Maio, n.º 41, r/c, letra A, freguesia de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha, referente ao pedido de licenciamento relativo à “**Legalização da alteração de moradia unifamiliar**” existente, bem como à obra de “**Demolição da construção de anexo**” levado a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Embra, n.º 131, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2384 e inscrito na matriz sob o artigo número 13835, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2016/11/03.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/11/09, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento relativo à “Legalização da alteração de moradia unifamiliar” existente, bem como à obra de “Demolição da construção de anexo”, levado a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Embra, n.º 131, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2384 e inscrito na matriz sob o artigo número 13835, com o número de processo 350/16, com data de entrada em 2016/08/29, apresentado por TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA., com o NIPC 503563501, com sede na avenida 1.º de Maio, n.º 41, r/c, letra A, freguesia de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**4 - REQ. N. 1971/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 137/17, DATADO DE 11/04/2017 – ROGELASTRO, S.A**

1136 - Presente pedido com o registo n.º1971/17, datado de 20/11/2017, relativo a **legalização de alterações efetuadas em obra numa unidade industrial**, sita na rua Dâmaso Luís dos Santos, lotes 5 e 6, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 5794 e 4736 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4384 e 5109, respetivamente, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/17, com data de entrada de 11/04/2017, apresentado por **ROGELASTRO, S.A**, com o NIPC 507 853 016, com sede na Zona Industrial Vieira de Leiria, Lote 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 28/07/2017;

Presente informação técnica, datada de 04/12/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 05/12/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas em obra numa unidade industrial, sita na rua Dâmaso Luís dos Santos, lotes 5 e 6, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 5794 e 4736 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4384 e 5109, respetivamente, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/17, com data de entrada de 11/04/2017, apresentado por ROGELASTRO, S.A, com o NIPC 507 853 016, com sede na Zona Industrial Vieira de Leiria, Lote 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a**



concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3 - O requerente deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas, existentes na rua Dâmaso Luís dos Santos, após aprovação do projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**5 - REQ. N. 2041/17, DATADO DE 29/11/2017 – PC N.º 455/17, DATADO DE 16/10/2017 – MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ E MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ**

1137 - Presentes requerimentos n.º 1770/17 e n.º 2040/17, registados em 2017/10/16 e em 2017/11/29, respetivamente, subscrito por **MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ**, com o NIF 165567767 e por **MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ**, com o NIF 141263369, ambos residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, constantes do processo camarário n.º 455/17, referente ao **pedido de emissão de certidão comprovativa dos requisitos de destaque de parcela** com área de 466,10 m2, do prédio urbano com área total de 1166,50 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20288-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16564, confinante a sul com a Rua dos Teimosos, no lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/12/05, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 466,10 m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/12/05, a Câmara Municipal delibera MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 466,10 m2, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio urbano com área total de 1166,50 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20288-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16564, se situar no perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público - Rua dos Teimosos. As duas parcelas resultantes do destaque apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano da Marinha Grande, inserindo-se na Restante Área Urbana, pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, nas seguintes condições:

- Na Parcela a Destacar com 466,10 m2, nela poderá ser erigida construção com até 1 fogo de habitação, 288 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;
- Na Parcela Sobrante com 700,40 m2, nela poderá ser erigida construção com até 2 fogo de habitação, 432 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos ou

9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**6 - REQ. N. 1916/17, DATADO DE 09/11/2017 – PC N.º 489/2015, DATADO DE 09/11/2015 – MANUEL CARVALHO**

1138 - Presente solicitação formulada por **MANUEL CARVALHO**, contribuinte n.º 111373760, residente e proprietário do prédio sito na Rua de Leiria, n.º 157, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 60 dias contados a partir da data da notificação da presente solicitação, para além dos prazos conferidos para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2017/01/26, comunicada pelo ofício n.º 106/17, datado de 2017/01/31, com receção ocorrida em 2017/02/02.

Depois de analisar a solicitação formulado por **MANUEL CARVALHO**, contribuinte n.º 111373760, residente e proprietário do prédio sito na Rua de Leiria, n.º 157, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 60 dias contados a partir da data da notificação da presente solicitação, após terem expirado todos os prazos conferidos ao requerente para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2017/01/26, comunicada pelo ofício n.º 106/17, datado de 2017/01/31, com receção ocorrida em 2017/02/02, a Câmara Municipal delibera:

Conceder uma prorrogação por 120 dias, por forma a que este possa obter o título necessário, atendendo a que o requerente se encontra a desencadear os trâmites para a obtenção do licenciamento junto da entidade competente, Infraestruturas de Portugal, para que posteriormente possa vir proceder à legalização da operação urbanística.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**7 - REQ. N. 1993/17, DATADO DE 22/11/2017 – PC N.º 520/17, DATADO DE 22/11/2017 – VITOR MANUEL RODRIGUES FAUSTINO**

1139 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1993/17, datado de 22/11/2017, apresentado por **VITOR MANUEL RODRIGUES FAUSTINO**, com o NIF 153796049, com

morada em Travessa dos Ferreiras, n.º 77, Telheiro freguesia de Barreira e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para a fração “A” do edifício sito na Av. Aníbal Guedes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1118/01 titulada pelo alvará de construção n.º 804/02, emitido em 04/11/2002 e pelo alvará de alterações n.º 76/08, emitido em 28/03/2008.

Presente parecer técnico datado de 24/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A” do edifício sito em Av. Aníbal Guedes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de VITOR MANUEL RODRIGUES FAUSTINO, com o NIF 153796049, com morada em Travessa dos Ferreiras, n.º 77, Telheiro freguesia de Barreira e concelho de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**8 - REQ. N. 1871/17, DATADO DE 31/10/2017 – PC N.º 151/15, DATADO DE 05/06/2015 – SEVLAIRES - PLÁSTICOS LDA**

1140 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 158/17, datado de 31/01/2017, apresentado por **SEVLAIRES - PLÁSTICOS LDA**, com o NIPC 502320222, com sede em Rua Nova do Moinho de Cima, N.º 34, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, objeto de obras de ampliação tituladas pelo alvará de obras de ampliação n.º 78/15, emitido em 16/10/2015, e de legalização de alteração, apresentada na sequência de elaboração de participação da fiscalização, com o n.º 2/2017, aprovadas por deliberação tomada na reunião de 27/04/2017 e aditadas ao mencionado alvará de obras de ampliação n.º 78/15, em 12/07/2017.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Nova do Moinho de Cima, N.º 34, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SEVLAIRES - PLÁSTICOS LDA, com o NIPC 502320222, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**9 - REQ. N. 2024/17, DATADO DE 27/11/2017 – PC N.º 594/2017, DATADO DE 27/11/2017 – MARIA ELVIRA FERREIRA DOS SANTOS CRUZ**

1141 - Presente requerimento, subscrito por **MARIA ELVIRA FERREIRA DOS SANTOS CRUZ**, pelo qual é denunciada a existência de uma construção clandestina, por detrás de uma outra edificação, sita na Rua das Cavadas, n.º 26, onde alegadamente reside Ilda Maria Ferreira dos Santos, assim como utilização clandestina de água e eletricidade, bem como o fecho de uma serventia que dá acesso a um terreno da requerente.

Presente parecer técnico datado de 27/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista à edificação existente por detrás da construção sita na Rua das Cavadas, n.º 26, freguesia de Marinha Grande, onde alegadamente reside Ilda Maria Ferreira dos Santos, bem como à edificação inacabada existente na Rua das Cavadas, identificada como sendo propriedade de Vitor Manuel Ferreira Santos, com morada em Rua António Sérgio, n.º 1-C, Pegões Velhos, 1985-157 Santo Isidro de Pegões, nos termos do disposto nos artigos 93.º, 94.º e 95.º do RJUE, para verificação da conformidade da mesma e da sua utilização com as normas legais e regulamentares, bem como para determinação de eventuais medidas de restauração e tutela da legalidade urbanística aplicáveis à situação.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação existente por detrás da construção sita na Rua das Cavadas, n.º 26, freguesia de Marinha Grande, onde alegadamente reside Ilda Maria Ferreira dos Santos, bem como à edificação inacabada existente na Rua das Cavadas, identificada como sendo propriedade de Vitor Manuel Ferreira Santos, com morada em Rua António Sérgio, n.º 1-C, Pegões Velhos, 1985-157 Santo Isidro de Pegões, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**10 - REQ. N. 2025/17, DATADO DE 27/11/2017 – PC N.º 456/16, DATADO DE 27/10/2016 – JORGE FONTE ISIDORO**

1142 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2025/17, datado de 27/11/2017, apresentado por **JORGE FONTE ISIDORO**, com o NIF 502320222, com morada em Rua das Rosas, n.º 7, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em RUA DO COVÃO N.º 12, OUTEIROS, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração e ampliação, legalização de construção de anexo e de licenciamento de construção de muro, titulada pelo alvará de obras de legalização e construção n.º 62/17, emitido em 02/10/2017.

Presente parecer técnico datado de 28/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em RUA DO COVÃO N.º 12, OUTEIROS, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de JORGE FONTE ISIDORO, com o NIF 502320222, com morada em Rua das Rosas, n.º

**7, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11 - REQ. N. 2012/17, DATADO DE 24/11/2017 – PC N.º 441/16, DATADO DE 19/10/2016 – DORA HELENA NUNES CAVALEIRO**

1143 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2012/17, datado de 24/11/2017, apresentado por **DORA HELENA NUNES CAVALEIRO**, com o NIF 185401066, com morada em Rua Pires de Campos, n.º 90, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua das Acácias, n.º 8, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 02/10, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 40/11, emitido em 01/07/2011, e objeto de legalização de alteração, licenciada no âmbito do processo n.º 441/16 e titulada pelo alvará de licença de legalização, n.º 80/17, emitido em 24/10/2017.

Presente parecer técnico datado de 04/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Acácias, n.º 8, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de por DORA HELENA NUNES CAVALEIRO, com o NIF 185401066, com morada em Rua Pires de Campos, n.º 90, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

- 2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**12 - REQ. N. 1835/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 69/16, DATADO DE 02/03/2016 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**

1144 - Presente requerimento n.º 1835/17, datado de 25/10/2017, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504583875, com sede em Rua dos Fundadores, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento de ampliação de arruamento, com o n.º 69/16, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 5/16, de 11/11/2016, que incidem sobre o prédio sito em Rua Zeca Afonso, da freguesia de Marinha Grande, e a consequente redução do valor da garantia bancária n.º 00125-02-2030990, do Banco Comercial Português, S.A. datada de 10/10/2016, prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, rede viária, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais e infraestruturas elétricas.

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, bem como Auto de Vistoria, datados de 27 de novembro de 2017, propondo a receção provisória parcial das Obras de Urbanização, designadamente quanto Às componentes rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas residuais pluviais, e a não receção da componente infraestrutura viária, por não ter sido respeitado o projeto aprovado no que concerne aos lugares de estacionamento executados.

Presente, igualmente, auto de receção provisória das infraestruturas elétricas, emitido pela EDP Distribuição – Energia, S.A., datado de 09/10/2017

**Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória Parcial elaborados pela Comissão de Vistorias, bem como do auto de entrega e de receção provisória das infraestruturas elétricas elaborado pela EDP Distribuição – Energia, S.A., respeitante às Obras de Urbanização supra referidas a Câmara delibera:**

- 1) **DEFERIR PARCIALMENTE o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, no âmbito do processo de licenciamento realizadas no realizadas no âmbito do processo de licenciamento de ampliação de arruamento, com o n.º 69/16, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 5/16, de 11/11/2016, que incidem sobre o prédio sito em Rua Zeca Afonso, da freguesia de Marinha Grande, nomeadamente, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas residuais pluviais, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues.**

2) **NÃO RECECIONAR** as infraestruturas respeitantes à componente rede viária, por se ter verificado que não foi sido respeitado o projeto aprovado no que concerne aos lugares de estacionamento executados.

3) **MANDAR LIBERTAR** o montante de 8.030,83 € (oito mil e trinta euros e oitenta e três cêntimos), da garantia bancária n.º 00125-02-2030990, do Banco Comercial Português, S.A. datada de 10/10/2016, com o valor inicial de 19.123,14 (dezanove mil cento e vinte e três euros e catorze cêntimos), prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais e rede elétrica, conforme quadro infra, ficando retido o montante de € 11.092,31 (onze mil e noventa e dois euros e trinta e um cêntimos), até à receção provisória final e definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Componente - Infraestrutura	Montante Inicial	Redução		Montante retido
Infraestruturas viárias	10.200,00 €	0%	- €	10.200,00 €
Rede de abastecimento de água	1.500,00 €	90%	1.350,00 €	150,00 €
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	2.500,00 €	90%	2.250,00 €	250,00 €
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	4.300,00 €	90%	3.870,00 €	430,00 €
Infraestruturas elétricas e de iluminação	623,14 €	90%	560,83 €	62,31 €
<b>TOTAL</b>	<b>19.123,14 €</b>		<b>8.030,83 €</b>	<b>11.092,31 €</b>

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **13 - REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA – ADAE.**

1145 - A Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura – ADAE, com área de intervenção nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós, tem como objetivo potenciar e estimular as potencialidades da região, em particular as zonas rurais e mais carenciadas, tendo sempre presente a participação da população local com vista ao desenvolvimento integrado.

O Município da Marinha Grande é associado da ADAE, fazendo parte dos órgãos sociais da mesma, mais concretamente na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea oo) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), compete à Câmara Municipal designar o representante do município em quaisquer entidades nas quais o município participe.

Até então, o Município era representado naquele órgão social, pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Campos Vicente.



Com a constituição do novo executivo para o quadriénio 2017/2021, importa designar o novo representante do Município.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 alínea oo) do RJAL, a Câmara Municipal delibera designar, como representante do Município, naquele órgão social (Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADAE), a Senhora Presidente da Câmara, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira**

**Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

#### **14 - REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA ALTA ESTREMADURA – ENERDURA.**

1146 - A Agência Regional de Energia da Alta Estremadura – ENERDURA, tem como principal objetivo contribuir para aumentar a eficiência energética da sua zona de intervenção, através da utilização racional da energia e do aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

O Município da Marinha Grande é associado da ENERDURA, fazendo parte dos órgãos sociais da mesma, mais concretamente na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea oo) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), compete à Câmara Municipal designar o representante do município em quaisquer entidades nas quais o município participe.

Até então, o Município era representado naquele órgão social, pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Campos Vicente.

Com a constituição do novo executivo para o quadriénio 2017/2021, importa designar o novo representante do Município.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 alínea oo) do RJAL, e sob proposta da Sr.ª Presidente, a Câmara Municipal delibera designar, como representante do Município, naquele órgão social (Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ENERDURA), o Senhor Vereador Carlos Alexandre de Carvalho Caetano.**

**Esta deliberação foi aprovada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro.**

O Sr. Vereador Carlos Caetano não esteve presente, por se encontrar impedido nos termos do disposto no artigo 69.º, n.º 1 alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Vereador proposto para representar o Município na Assembleia Geral da ENERDURA.

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **15 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

1147 - A Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da Passagem de ano 2017/2018 a realizar nos dias 30 e 31 de dezembro de 2017 e 01 e 02 de janeiro de 2018;
- Licença de recintos improvisados;
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade;
- Emissão de parecer para lançamento de artefactos Pirotécnicos.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB. 1 João Bear, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da 1ª Feira de Natal a realizar no dia 17 de dezembro de 2017.
- Licença de publicidade.

A Casa do Pessoal da Câmara da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do Jantar de Natal a realizar no dia 15 de dezembro de 2017.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das Comemorações do 18 de janeiro de 1934, a realizar no dia 18 de janeiro de 2018.

O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas para a realização do cortejo escolar no dia 15 de dezembro de 2017.

A SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos festejos de final de ano 2017/2018 a realizar entre os dias 30 de dezembro de 2017 e 01 de janeiro de 2018;
- Licença de recintos improvisados;
- Ocupação de espaço público;
- Emissão de parecer para lançamento de artefactos Pirotécnicos.

Presentes as informações nº 82/LS de 24 de novembro de 2017, as informações nº 83/LS, 84/LS e 85/LS de 28 de novembro de 2017 e as informações nº 86/LS e 87/LS de 05 de dezembro de 2017, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira, a Associação de Pais e Encarregados de educação da Escola EB. 1 João Bear, a Casa do Pessoal da Câmara da Marinha Grande, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e a SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, licença de recintos improvisados, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de publicidade e da emissão de parecer para o lançamento de artefactos Pirotécnicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **16 - NÃO RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA”**

1148 - Presente Auto de Não Recepção Definitiva da obra de “Beneficiação da Rua António Maria da Silva”, Concurso Publico nº 01/2009, adjudicada à Firma Civilvias , Construção e Vias, Lda, com sede na Garcia, Marinha Grande.

**A Câmara Municipal verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida definitivamente, por apresentar as seguintes anomalias:**

- a) Rotura na rede de abastecimento de águas em ramal de hidratante;**
- b) sinais de trânsito luminosos do tipo A2a não se encontrarem a funcionar;**
- c) caixas de válvulas de água antigas por eliminar;**
- d) pequenos buracos no passeio em pavê;**
- e) pequenos buracos na faixa de rodagem com pavimento em calçada grossa,**

**delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 398º do Código dos Contratos Públicos, fixando o prazo de 120 dias para a sua correção por parte da empresa responsável Civilvias, Construção e Vias, Lda.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **17 - NÃO RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - CASAL GALEGO”**

1149 - Presente Auto de Não Recepção Definitiva da obra de “Beneficiação da Rua do Repouso- Casal Galego”, Concurso Público nº 08/2007, adjudicada à Firma Civilvias , Construção e Vias, Lda, com sede na Garcia, Marinha Grande.

A Câmara Municipal verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida definitivamente, uma vez que os pavimentos em calçada grossa apresentam deformações em duas das passadeiras, nomeadamente as passadeiras localizadas no cruzamento da Rua dos Cravos de Abril e no Entroncamento da Rua Ilha da Madeira, delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 227º, do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, fixando o prazo de 90 dias para a sua correção por parte da empresa responsável Civilvias, Construção e Vias, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### **18 - RECEÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA”**

1150 - Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Requalificação da estrada Vieira de Leiria /Praia da Vieira – Concurso público n.º 01/2016”, adjudicada por deliberação de Câmara, de nove de junho de dois mil e dezasseis, à empresa “Contec - Construção Civil e Engenharia, SA”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### **19 - P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES - ADJUDICAÇÃO**

1151 - Presente o processo de aquisição nº 112/2017 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 22 de setembro de 2017, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 29/11/2017, no qual é proposta a adjudicação do “*Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal*”, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2018, à proposta apresentada pelo concorrente PH ENERGIA, LDA, pelo valor total de 1.298.177,13 € (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, cento e setenta e sete euros e treze cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal.

Face ao exposto e depois de analisado o Processo de Aquisição n.º 112/2017-AP/DISU, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, e de acordo com

o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2018, à proposta apresentada pelo concorrente PH ENERGIA, LDA, pelo valor total de 1.298.177,13 € (um milhão, duzentos e noventa e oito mil cento e setenta e sete euros e treze cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal.

Mais delibera que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação e para a prestação da caução no valor de 64.908,86 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**20 - NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º CENTRO-07-2114-FEDER-000065 “PRODUTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DE LEIRIA”. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA.**

1152 - Considerando a submissão da candidatura *“Produtos Turísticos da Região de Leiria”* no âmbito do Aviso de Concurso n.º CENTRO-14-2016-16 - Promoção Turística.

Considerando que no dia 28/11/2017, a Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificada da decisão de aprovação da candidatura n.º CENTRO-07-2114-FEDER-000065 *“Produtos Turísticos da Região de Leiria”*, conforme documento em anexo.

Considerando que foi requerido comprovativo de titularidade da conta bancária, para efeitos dos pagamentos dos apoios financeiros concedidos.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro *“(…) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (…)”*.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação *“Produtos Turísticos CIMRL”*, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros da candidatura aprovada, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **21 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE ARTIGOS PARA VENDA NA LOJA DO MUSEU DO VIDRO**

1153 - Presente a informação interna I/3186/2017 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novos artigos de artesanato em vidro para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido, e ainda com proposta de alteração de preços de artigos à venda na loja do museu.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*”;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal “*fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)*”;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a tabela que se apresenta de seguida:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Catálogo da exposição do Museu do Vidro 2017	1,26 €	gratuito	-	gratuito
Catálogo da exposição do NAC 2017	1,26 €	gratuito	-	gratuito
Sardinha pequena (T.)	7,00 €	10,57 €	2,43 €	<b>13,00 €</b>
Caixa pequena (T.)	11,00 €	14,23 €	3,27 €	<b>17,50 €</b>
Andorinhas (T.)	7,00 €	10,57 €	2,43 €	<b>13,00 €</b>

Propõe-se ainda a alteração do preço de venda ao público de alguns artigos existentes à venda na loja, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. ATUAL C/IVA	NOVO P.V.P. S/IVA	IVA	NOVO P.V.P. C/IVA
Prato 10x10 simples (EPAMG)	3,08 €	8,60 €	3,25 €	0,75 €	<b>4,00 €</b>
Prato 15x15 simples (EPAMG)	4,29 €	11,10 €	4,88 €	1,12 €	<b>6,00 €</b>
Prato 20x20 simples (EPAMG)	6,32 €	16,00 €	6,50 €	1,50 €	<b>8,00 €</b>
Prato 30x30 aperitivos (EPAMG)	17,78 €	36,90 €	17,89 €	4,11 €	<b>22,00 €</b>
Prato redondo (EPAMG)	4,24 €	12,30 €	4,88 €	1,12 €	<b>6,00 €</b>
Incensário comprido (EPAMG)	4,05 €	12,30 €	4,07 €	0,93 €	<b>5,00 €</b>

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos**

integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as tabelas de preços acima indicadas e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nelas apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **22 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JANEIRO DE 2018 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira e a Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro referiram o seguinte:

*“Dada a informação dos serviços referir que existia vários espectáculos agendados até maio e a proposta de deliberação não integrar essa programação, questionámos a Sra. Presidente e a Vereadora da cultura Célia Guerra, que orientações foram dadas aos técnicos. Percebemos que não há qualquer estratégia, por isso levantámos algumas questões e fizemos propostas. Não entendemos que a cultura tenha que ser uma atividade lucrativa, mas dadas as condições da sala, sobretudo a lotação (abaixo de 250 pessoas), terá de haver redobrada atenção aos espetáculos contratados. Apenas como exemplo, a proposta do artista Paulo Gonzo, com um cachet de € 7.872,00, com o preço dos bilhetes a € 15,00 (é a proposta apresentada) redundará num prejuízo superior a € 4.000,00. Para além de que só permitirá que 250 pessoas possam assistir e, dentro destas, só algumas poderão ter condições para pagar o preço do bilhete.*

*Entendemos que um espetáculo desta dimensão deveria ser numa sala maior, tipo FAE, com um bilhete mais baixo, proporcionando que milhares de pessoas estejam presentes, e deste modo os marinhenses com mais dificuldades também tenham oportunidade de ver os seus ídolos.*

*Sugerimos ainda que se for entendido disponibilizar esse acréscimo de verba (€ 4.000,00, neste caso), este valor seria distribuído pelas coletividades.”*

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse que ela e a própria CDU também vêm dizendo que está na altura de se alterar o local dos espetáculos, fazendo-os no PME.

A Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho, veio à reunião explicar a programação, e informou que o preço do espetáculo para salas maiores é diferente, às vezes para mais de 50%.

Foi também discutido o preço proposto para o teatro infantil, que acabou por ser fixado, com o acordo de todos, em 1€.

**Depois de discutido o assunto, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1154 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo

balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes, e atendendo a que a contratualização dos espetáculos referidos no quadro seguinte se encontra em tramitação, fazendo parte da proposta de programação e de fixação de preço de bilhetes de ingresso para os meses que constituem o 1.º trimestre de 2018 – cf. I/2973/26.10.2017, e que teve o correspondente despacho de aprovação da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Célia Guerra datado de 10 de novembro;

Que o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

Que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de janeiro de 2018 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

JANEIRO	Tipologia	Projeto	Valor Cachet c/ IVA	Preço do bilhete proposto
6 – 16h00	MÚSICA	CONCERTO DE ANO NOVO	S/CACHET	Gratuito
18 – 21h30	MÚSICA	MAZGANI	4.428,00€	12,50€
20 – 16h00	TEATRO INFANTIL	A HISTÓRIA DO JOÃO PATETA	450,00€	1€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de janeiro de 2018 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**23 - APOIO À CASA DO PESSOAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE. TRANSPORTE DE REFEIÇÕES DA CANTINA PARA O BAR SITUADO NOS PAÇOS DO CONCELHO**



1155 - A Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande tem, desde há várias décadas, confeccionado e fornecido refeições destinadas não só aos seus membros associados como também a todos os trabalhadores da autarquia que o manifestem.

O horário do fornecimento de refeições nas instalações da Cantina Municipal, cedida para esse efeito, nem sempre se adapta aos diversos horários para almoço, de todos os funcionários.

Considerando que o tempo disponível para almoço nem sempre permite a deslocação dos funcionários que exercem as suas funções fora dos Estaleiros Municipais, como é o caso dos do Edifício dos Paços do Concelho, Biblioteca, Museus, Gabinete de Atendimento ao Município, entre outros, veio a Direção da Casa do Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal solicitar à Câmara Municipal um apoio, no sentido de afetar um funcionário dos Estaleiros Municipais, no transporte diário de algumas refeições mais ligeiras desde a Cantina situada nos Estaleiros Municipais para o Bar situado no Edifício dos Paços do Concelho.

Após análise ao exposto, concluiu-se que o funcionário que poderia efetuar o transporte diário das refeições, teria que exercer as suas funções nos Estaleiros, tendo a escolha recaído sobre os trabalhadores do armazém, depois de recebida a concordância da Chefe de Divisão da DFTI e dos próprios.

O transporte de refeições entre a Cantina Municipal e o Bar do Edifício dos Paços do Concelho, será efetuado diariamente e desde que outras necessidades de manifesta urgência o permitam, entre as 12,00 e as 12,30 horas, todos os dias úteis enquanto se mantiver em funcionamento este bar.

**Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conceder à Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, NIF 504190466, com sede na Rua do Matadouro, s/n 2430-257 Marinha Grande, um apoio para transporte diário de refeições da cantina dos estaleiros para o Bar situado no Edifício dos Paços do Concelho com início em 12/12/2017 e fim em 31/12/2018, enquanto subsídio em espécie, cujo valor total estimado para 2017 é de 84,67 euros e para 2018 é de mil e dezasseis euros e quatro cêntimos (1.016,04 = 12meses x 84,67/mensal).**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e Autoridade Tributária, tem cumprido o acordo de pagamento de prestações mensais deliberado em reunião de 13/07/2017 e o valor do apoio agora atribuído cumpre os limites legais estabelecidos, em que o valor apurado para 2017 foi de 83.867,70 euros (nº 1 do artº 5º do Decreto Lei nº 13/2011 de 25 de Janeiro).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **24 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – ASSOCIAÇÃO CASA D ÁRVORE- ABCNATUR**

1156 - Presente informação n.º3178/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara

Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação, a candidatura;

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9027/2017	510866883	Associação Casa D'Arvore - ABCNATUR	Histórias ao Luar	34,4

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação,

**A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9027/2017	510866883	Associação Casa D'Arvore - ABCNATUR	Histórias ao Luar	E/9027/2017	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **25 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE: FESTA DE NATAL 2018**

1157 - Presente informação n.º 3257/2017 da DCD, datada de 23 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio pontual, através do registo de E/8155/2017, datada de 11 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com carácter regular ou pontual, estejam legalmente

constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente( artigo 6.º);

Considerando que à Casa do Pessoal da C.M.M.G., NIPC 504190466, por deliberação de câmara de 6 de abril de 2017, foi determinada a realização de audiência prévia escrita, conforme previsto nos artigos 121.º e 122.º do C.P.A. - Código do Procedimento Administrativo - a respeito da intenção do Município da Marinha Grande solicitar a reposição de parte do apoio financeiro atribuído em 2016, cuja aplicação não foi efetiva e integralmente demonstrada às despesas inerentes com a realização da Festa de Natal de 2016, no valor de 2.834,62€, nos termos do disposto no art.º 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e n.º 1 do art.º 172.º do C.P.A.

Considerando a deliberação tomada em reunião de câmara de 29 de junho do corrente ano, retificada na reunião de 13 de julho de 2017, a Câmara aceitou a reposição de parte do valor do apoio financeiro não utilizado pela Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande na realização da Festa de Natal de 2016, no valor de 2.834,62€, em vinte prestações mensais, com início a partir de agosto de 2017 e término em março de 2019;

Considerando que nessa mesma reunião de câmara foi deliberado ainda que o pagamento das referidas prestações fosse, impreterivelmente, pago até ao dia 15 de cada mês;

Considerando que a entidade, até ao presente momento, já efetuou o pagamento das prestações correspondentes aos meses de agosto, setembro, outubro e novembro do corrente ano (em anexo), estando a cumprir com o estabelecido;

Considerando que o artigo 6.º do regulamento de atribuição de apoios ou benefícios impede a atribuição de qualquer apoio financeiro ou benefícios sempre que as entidades estão em incumprimento das suas obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 5 do artigo 23º do referido regulamento, determina que o incumprimento ou o cumprimento defeituoso do contrato programa celebrado determina a devolução de quantias ou bens recebidos e constitui causa de exclusão de candidaturas posteriores, até que essa devolução esteja efetivada;

Considerando que tem sido entendimento da CMMG que as entidades com dívidas ao Município da Marinha Grande e que tenham acordos de pagamentos que estejam a cumprir devem considerar-se como atento as suas obrigações pecuniárias cumpridas para com a entidade concedente;

Considerando que a candidatura da **Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande** foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

#### APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8155/2017	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal/2018	27,5	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro( alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8155/2017	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal/2018	27,5	ADMITIR

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **26 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA A.D.E.S.E.R. II, IPSS: SALAS DE ESTUDO E GABINETE MÃO ABERTA**

1158 - Presente informação n.º 3313/2017 da DCD, datada de 30 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a C.R.P.I. entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio pontual, através do registo de E/8541/2017, datada de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com caráter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente( artigo 6.º);

Considerando que a **candidatura da A.D.E.S.E.R. II, IPSS** foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

#### **APOIO ANUAL**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8821/2017/ A	505933870	A.D.E.S.E.R. II	Salas de Estudo e Gabinete Mão Aberta	33	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou

benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro( alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### **APOIO ANUAL**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8821/2017/A	505933870	A.D.E.S.E.R. II	Salas de Estudo e Gabinete Mão Aberta	33	ADMITIR

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do*



*que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **27 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON: PROJETO ENCONTROS TERAPÊUTICOS COM PARKINSON**

1159 - Presente informação n.º 3319/2017 da DCD, datada de 30 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a A.P.D.P. entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio anual, através do registo de E/8941/2017, datada de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com carácter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara

Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente( artigo 6.º);

Considerando que a **candidatura da A.P.D.P.** foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

#### APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8941/2017	504058550	A.P.D.P.	Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson	31,6	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro( alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8941/2017	504058550	A.P.D.P.	Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson	31,6	ADMITIR

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **28 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA DA COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS: ALMOÇO DE NATAL**

1160 - Presente informação n.º 3313/2017 da DCD, datada de 29 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a C.R.P.I. entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio pontual, através do registo de E/8541/2017, datada de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com caráter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente( artigo 6.º);

Considerando que a candidatura da **Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos (C.R.P.I.)** foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

#### **APOIO PONTUAL**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8541/2017	506171795	C.R.P.I.	Almoço de Natal/2018	28	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade

concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro( alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### **APOIO PONTUAL**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8541/2017	506171795	C.R.P.I.	Almoço de Natal/2018	28	ADMITIR

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **29 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – CLUBE DOS MÚSICOS DA MARINHA GRANDE**

1161 - Presente informação n.º3178/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º523 /2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foram objeto de avaliação pela comissão de avaliação as candidaturas;

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9014/2017	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	34,8
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/9016/2017	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Aquisição de equipamento de som, luz e vídeo	34,2

Considerando as pontuações obtidas;

Considerando o estabelecido no artigo 10.º do regulamento, o enquadramento do pedido de apoio financeiro do Clube dos Músicos da Marinha Grande para aquisição de equipamento de som, luz e vídeo, face ao programa de apoio não é adequado. Tendo em conta que o equipamento se destina ao desenvolvimento do plano de atividades anuais da entidade em 2018, o enquadramento do pedido de apoio terá de ser enquadrado no âmbito do programa de apoio a atividades anuais;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando que as candidaturas cumprem os requisitos previstos no regulamento;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação,

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9014/2017 E/9016/2017	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha e Aquisição de mobiliário e equipamento de som e luz	32,6 34,2	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**30 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2017 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA – SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE BALIZA E DE PROTEÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL**

1162 - Presente informação n.º 3298/2017 da DCD, datada de 29 de novembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

**Considerando:**

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de carácter desportivo:

**Atividades Infraestruturas**

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/10620/2017	22/11/2017	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	501804218	Substituição de Redes de Baliza e Proteção do Campo de Futebol	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura**



abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividades Infraestruturas**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/10620/2017	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	501804218	Substituição de Redes de Baliza e Proteção do Campo de Futebol	27	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**31 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO**

1163 - Presente informação n.º3178/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura;

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8692/2017	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Encontros de Folclore	30,00

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação,

**A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8692/2017	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Encontros de Folclore	30,00	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro*

*(DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **32 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – ASSOCIAÇÃO TOCÁNDAR**

1164 - Presente informação n.º3178/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º523 /2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura;

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8933/2017	504934562	Associação Tocándar	Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas	35,4

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos

apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação,

**A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8933/2017	504934562	Associação Tocánder	Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas	35,4	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre*

*arbitrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**33 - APRECIACÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DE 2017 E DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DE 2017, SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

1165 - Presente informação n.º I/3281/2017 datada de 27 de novembro de 2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 21 (vinte e um) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 3º Trimestre de 2017, e ainda de 3 (três) processos de candidatura que deram entrada no 2º trimestre de 2017 (aos quais foi realizada audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015 e deliberação em reunião de câmara de 7 de setembro de 2017), conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014.

Considerando que dos 21 (vinte e um) processos que deram entrada no 3º trimestre de 2017 ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 20 (vinte) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande;

Considerando que essas 20 (vinte) candidaturas cumprem os requisitos para atribuição do valor do incentivo definido na alínea a) ou b) do artigo 4º do regulamento mencionado, designadamente os abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	1ª tranche	2ª tranche
E/6550/2017	Sara Cristina dos Santos Rosa	242259979	Gualter Paour Gomes	199213372	125€	125€
E/6746/2017	Ana Laura Monteiro da Silva Moital	223823317	Luís Filipe Prata Carvalho	248409697	500€	500€
E/6435/2017	Susana Margarida Farto Silva	208868216	Carlos Jorge Pereira Miranda	206835590	125€	125€
E/7235/2017	Daniela Margarida Duarte da Silva	208460187	Nuno Miguel Pereira Machado	205875769	125€	125€
E/7236/2017	Diana Rosa Ramos Sousa	232523630	José Ricardo Duarte da Silva Carlos	238343618	500€	500€

E/7340/2017	Sandra Filipa Ferreira Coelho	208749632	Ivo Gomes Ventura	243095767	125€	125€
E/7568/2017	Fernando José Carvalho Baridó	207703078	Andreia Filipa Rodrigues Pais Baridó	236307967	500€	500€
E/7643/2017	Joana Margarida Simões Loureiro	246367890	Renato Luís Cordeiro Marques	236866800	125€	125€
E/7426/2017	Micaela Sofia Simões de Oliveira	255286635	Telmo José dos Santos Rodrigues	231667850	125€	125€
E/8081/2017	Andreia sofia Henriques Cruz	258363029	Ricardo Daniel da Silva Figueiredo	216569737	125€	125€
E/5567/2017	Carla Sofia Ferreira Domingues	220508313	Nélson Filipe Rodrigues Branco	217671012	125€	125€
E/8410/2017	João Paulo Fernandes Barosa	192387278	Ionela Simona Ion	261470086	500€	500€
E/8411/2017	Joselina Franco Freitas Querido	227578023	Telmo Miguel Jesus filipe	230084125	125€	125€
E/8413/2017	Ana Lúcia Lopes Duarte	227193555	Miguel Filipe de Sousa Santos	225217104	125€	125€
E/8438/2017	Artur Jorge Machado Rodrigues	220506094	Ana Filipa da Silva Poeiras Rodrigues	234470160	500€	500€
E/8439/2017	Nelson Moreira Rosa	209621990	Carla Sofia dos Santos Negrão	222872985	125€	125€
E/8478 /2017	Luciana Campos de Lima	258302950	-----	-----	500€	500€
E/8726/2017	Carla Alexandra dos Santos Almeida	188941304	-----	-----	125€	125€
E/9210/2017	Sónia Catarina Mira Gaspar	231172141	Mário Jorge Fernandes Duarte	180461214	500€	500€
E/9208/2017	Ela Gorcea	264405978	Corneliu Gorcea	254254101	125€	125€

Considerando que dos 21 (vinte e um) processos que deram entrada no 3º trimestre de 2017 ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 1 (uma) candidatura, abaixo identificada, não cumpre as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's).

Considerando assim a necessidade de realização de audiência prévia aos interessados, com vista à comunicação da intensão de indeferimento, de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015.

<b>Processo com o registo de entrada</b>	<b>1º Progenitor (Requerente)</b>	<b>NIF</b>	<b>2º Progenitor (Requerente)</b>	<b>NIF</b>
E/3656/2017	Cristiana Gonçalves Maranhão	255526946	João José Lima da Cruz	248438646

Considerando que não foi recebida qualquer resposta por parte dos requerentes abaixo identificados, no âmbito da audiência prévia realizada, referente a 3 (três) processos que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, no 2º trimestre de 2017;

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6426/2017	Daniela Filipa Rebola Montijo Franco de Sousa	228615410	João Miguel Foral Pedroso Rodrigues	234631465
E/212/2017	Patrícia Isabel dias Lourenço	233951369	Pedro José Faustino Alfaiate	209897287
E/1783/2017	Pedro Miguel de Lancastre Alves	225266784	Patrícia Carla de Carvalho Fernandes	166361526

Considerando que os 3 (três) processos acima referidos, que foram sujeitos a audiência prévia, não cumprem as condições de atribuição do incentivo, consagradas na alínea f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's);

Considerando ainda que:

Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;

A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera:**

**A - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 20 (vinte) as candidaturas abaixo identificadas, cujos processos se encontram em anexo, e a atribuição e pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente referido nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) ou b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:**

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	1ª tranche	2ª tranche
E/6550/2017	Sara Cristina dos Santos Rosa	242259979	Gualter Paour Gomes	199213372	125€	125€
E/6746/2017	Ana Laura Monteiro da Silva Moital	223823317	Luís Filipe Prata Carvalho	248409697	500€	500€
E/6435/2017	Susana Margarida Farto Silva	208868216	Carlos Jorge Pereira Miranda	206835590	125€	125€
E/7235/2017	Daniela Margarida Duarte da Silva	208460187	Nuno Miguel Pereira Machado	205875769	125€	125€
E/7236/2017	Diana Rosa Ramos Sousa	232523630	José Ricardo Duarte da Silva Carlos	238343618	500€	500€
E/7340/2017	Sandra Filipa Ferreira Coelho	208749632	Ivo Gomes Ventura	243095767	125€	125€
E/7568/2017	Fernando José Carvalho Baridó	207703078	Andreia Filipa Rodrigues Pais Baridó	236307967	500€	500€
E/7643/2017	Joana Margarida Simões Loureiro	246367890	Renato Luís Cordeiro Marques	236866800	125€	125€

E/7426/2017	Micaela Sofia Simões de Oliveira	255286635	Telmo José dos Santos Rodrigues	231667850	125€	125€
E/8081/2017	Andreia sofia Henriques Cruz	258363029	Ricardo Daniel da Silva Figueiredo	216569737	125€	125€
E/5567/2017	Carla Sofia Ferreira Domingues	220508313	Nélson Filipe Rodrigues Branco	217671012	125€	125€
E/8410/2017	João Paulo Fernandes Barosa	192387278	Ionela Simona Ion	261470086	500€	500€
E/8411/2017	Joselina Franco Freitas Querido	227578023	Telmo Miguel Jesus filipe	230084125	125€	125€
E/8413/2017	Ana Lúcia Lopes Duarte	227193555	Miguel Filipe de Sousa Santos	225217104	125€	125€
E/8438/2017	Artur Jorge Machado Rodrigues	220506094	Ana Filipa da Silva Poeiras Rodrigues	234470160	500€	500€
E/8439/2017	Nelson Moreira Rosa	209621990	Carla Sofia dos Santos Negrão	222872985	125€	125€
E/8478 /2017	Luciana Campos de Lima	258302950	-----	-----	500€	500€
E/8726/2017	Carla Alexandra dos Santos Almeida	188941304	-----	-----	125€	125€
E/9210/2017	Sónia Catarina Mira Gaspar	231172141	Mário Jorge Fernandes Duarte	180461214	500€	500€
E/9208/2017	Ela Gorcea	264405978	Corneliu Gorcea	254254101	125€	125€

**B - A realização da audiência prévia com vista à comunicação da intenção de indeferimento da candidatura, de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo, publicado em 7 de janeiro de 2015, ao primeiro progenitor requerente abaixo identificado, por não cumprir as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's):**

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/3656/2017	Cristiana Gonçalves Maranhão	255526946	João José Lima da Cruz	248438646

**C - O Indeferimento das 3 (três) candidaturas abaixo identificadas, por não cumprirem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's):**

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6426/2017	Daniela Filipa Rebola Montijo Franco de Sousa	228615410	João Miguel Foral Pedroso Rodrigues	234631465
E/212/2017	Patrícia Isabel dias Lourenço	233951369	Pedro José Faustino Alfaiate	209897287
E/1783/2017	Pedro Miguel de Lancastre Alves	225266784	Patrícia Carla de Carvalho Fernandes	166361526



**D - definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:**

<b>Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche</b>	<b>Até 18/12/2017</b>
<b>Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche</b>	<b>Até 20/12/2017</b>

**Mais delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**Os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro votaram a favor por concordarem com a medida na generalidade, e proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Entendemos que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”*

**34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA - COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO DE 1934, EM JANEIRO DE 2018**

1166 - Presente informação n.º 3030/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, a candidatura com o registo de entrada E/8764/2017, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, admitida em reunião de Câmara de 27 de novembro de 2017, preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento, propondo a atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização das Comemorações do 18 de Janeiro de 1934, em janeiro de 2018.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria

e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como promove a memória e património cultural;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, em 2017, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para execução das Comemorações do 18 de janeiro 1934/2018;

Considerando a existência de dotação financeira na rubrica 2015/A/176;

**Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda no íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 1000,00€ (mil euros) ao STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, NIF 501082832, para as Comemorações do 18 de Janeiro, nos termos da candidatura com o registo de entrada E/8764/2017, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/176 do Plano Municipal de Atividades.**

**Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contratos programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem*

*desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **35 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA – SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE BALIZA E DE PROTEÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL**

1167 - Presente deliberação de 11 de dezembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **Atividades Infraestruturas**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/10620/2017	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	501804218	Substituição de Redes de Baliza e Proteção do Campo de Futebol	27

Presente informação I/3299/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º e seguintes do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	Substituição de Redes de Baliza e Proteção do Campo de Futebol	501804218	27	2015 / A / 198	433,94€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre*

*arbitrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**36 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DCD 2017/53 CELEBRADO COM A SPM - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MOEL - PASSAGEM DE ANO DE 2017/2018**

1168 - Presente email com o registo de entrada E/10455/2017, datado de 20 de novembro, remetido pela SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, propondo alteração ao contrato programa nº DCD 2017/53, assinado em 28 de setembro de 2017, para a concretização da Passagem de Ano de 2017/2018.

Considerando a proposta de aumento de um dia de programação, a necessidade de oferecer mais atividades atrativas, e a necessária contratualização de meios logísticos e respetivo aumento de custos;

Considerando o orçamento descriminado em anexo, a identificação da logística necessária e o programa de animação cultural para o dia 30 de dezembro, não previsto na candidatura inicial.

Considerando que a entidade apresentou, em 2017, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para execução deste evento no dia 31 de dezembro de 2017, tendo sido atribuído o apoio financeiro de 6 mil euros (seis mil euros) na reunião de câmara de 22 de setembro de 2017;

Considerando que a candidatura inicial só contemplava a programação/realização de atividades no dia 31 de dezembro;

Considerando que o turismo na nossa região foi fortemente afetado pelo violento incêndio de 15 de outubro de 2017;

Considerando o esforço que está a ser feito pelos comerciantes e hoteleiros de S. Pedro de Moel para promoverem a região e São Pedro de Moel em particular;

Considerando que o programa agora proposto enriquece o programa inicial, tanto na animação cultural como nas condições de segurança e higiene;

Considerando que se trata de um projeto e atividades de comprovada relevância e reconhecido mérito cultural que dignificam o concelho da Marinha Grande e São Pedro de Moel em particular;

Considerando que as atividades se destinam a públicos-alvo diversos, tendo sempre em vista a promoção do bem-estar das populações, a fruição cultural e o desenvolvimento cultural e turístico do concelho.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, aprovar adenda do contrato-programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária, e a atribuição de um apoio financeiro de 9.000,00€ (nove mil euros) à SPM – Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Moel, NIF 510447562, para a realização dos festejos da Passagem de Ano de 2017/2018 em São Pedro de Muel, a que corresponde o valor de 6.000,00€ (seis mil euros) anteriormente deliberado e pago à entidade, e um acréscimo de 3.000,00€ para enquadramento da proposta agora apresentada.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**37 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A EAS ACADEMIA DE FUTEBOL DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO CONTRATO - PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1169 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a EAS Academia de Futebol da Marinha Grande apresentou em 28 de setembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar

sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
EAS ACADEMIA DE FUTEBOL DA MARINHA GRANDE	509495281	11.692,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre*



*arbitrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **38 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SPORT OPERÁRIO MARINHENSE E APROVAÇÃO DO CONTRATO- PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1170 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Sport Operário Marinhense apresentou em 29 de setembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de voleibol e xadrez na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	501417702	19.850,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **39 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º MAIO E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1171 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em

1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Sociedade de Instrução e Recreio 1º maio apresentou em 29 de setembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de andebol na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º MAIO	501056467	56.075,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **40 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º JANEIRO E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1172 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º janeiro apresentou em 13 de outubro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de ténis de mesa na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à**

**atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
SOCIEDADE DE BENEFICIÊNCIA RECREIO 1º JANEIRO	501623051	550,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**41 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”  
E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1173 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Grupo Desportivo “Os Vidreiros” apresentou em 06 de outubro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para



deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
GROPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"	500885044	9.034,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre*

*arbitrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **42 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

1174 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Clube Atletismo de Marinha Grande apresentou em 29 de setembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de atletismo na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
CLUBE ATLETISMO DE MARINHA GRANDE	503912530	8.300,00€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **43 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A SPORT OPERÁRIO MARINHENSE - TORNEIO DE XADREZ “MEMORIAL JOSÉ VAREDA”**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1175 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando esta seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **Atividades Pontuais**

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação
E/8896/2017	SOM - Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez “Memorial José Vareda”	501417702	34

Presente informação nº I/3370/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que a candidatura do **Sport Operário Marinhense**, para realização, em janeiro de 2018, do Torneio de Xadrez Memorial José Vareda, reúne todas as condições e requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, por ter apresentado já a documentação prevista, propondo que, em consequência, se lhe atribua apoio financeiro de 600€ (seiscentos euros) para fazer face a custos decorrentes da referida atividade, nas componentes indicadas, previstas no orçamento detalhado que acompanha o processo de candidatura:

- Inscrição do Torneio na Federação Portuguesa de Xadrez
- Divulgação do Torneio
- Aquisição de Prémios
- Custos Indiretos

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
SOM - Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez "Memorial José Vareda"	501417702	34	2015 / A / 198	600,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, que fica anexa à ata.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento*

*de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**44 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON - DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA**

1176 - Presente deliberação de 12 de janeiro de 2017, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2017 (ANEXO 1);

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson - Delegação Distrital de Leiria	504 058 550	07 fevereiro 2017

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2017.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2017, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa foi aprovado em 12 de janeiro de 2017.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando que a realização das atividades foi iniciada em janeiro de 2017, assim como a realização de despesas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2017 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

**A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:**

ENTIDADE	NIF	VALOR
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson - Delegação Distrital de Leiria	504058550	1.500,00€

**A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro*

*(DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**45 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS**

1177 - Presente deliberação de 12 de janeiro de 2017, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2017 (ANEXO 1);

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	07 fevereiro 2017

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.



Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2017.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2017, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa foi aprovado em 12 de janeiro de 2017.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando que a realização das atividades foi iniciada em janeiro de 2017, assim como a realização de despesas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2017 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

**A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:**

ENTIDADE	NIF	VALOR
Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	1.500,00€

**A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **46 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO**

1178 - Presente deliberação de 12 de janeiro de 2017, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2017 (ANEXO 1);

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	03 fevereiro 2017

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.<sup>a</sup> Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2017.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2017, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa foi aprovado em 12 de janeiro de 2017.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando que a realização das atividades foi iniciada em janeiro de 2017, assim como a realização de despesas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano

de 2017 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

**A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:**

ENTIDADE	NIF	VALOR
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540563	1.500,00€

**A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**47 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE**

1179 - Presente deliberação de 12 de janeiro de 2017, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2017 (ANEXO 1);

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	03 fevereiro 2017

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2017.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2017, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa foi aprovado em 12 de janeiro de 2017.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando que a realização das atividades foi iniciada em janeiro de 2017, assim como a realização de despesas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2017 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

**A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:**

ENTIDADE	NIF	VALOR
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	1.500,00€

**A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre*

*arbitrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**48 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – APD-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE NOVE LUGARES PARA TRANSPORTE DE ATLETAS - MODIFICAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DELIBERADO EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 17/08/2017**

1180 - Presente deliberação de Câmara de 17 de agosto de 2017 e contrato programa n.º 49 DCD – 2017 relativos à atribuição de uma subvenção pública à Associação Portuguesa de Deficientes, para suporte das despesas com a aquisição de uma viatura de nove lugares para transporte de atletas.

Presente ofício, com o registo de entrada E/10916/2017, remetido pela Associação Portuguesa de Deficientes, dando conta de que:

1. A entidade está a ter dificuldade em cumprir o contrato-programa, já que são necessárias adaptações ao veículo (placa elevatória) e que as peças têm de ser importadas e não chegam nos prazos necessários.
2. Só recentemente puderam avançar com a aquisição da viatura, uma vez que só há pouco tempo conseguiram um patrocínio para garantir o pagamento total da viatura.
3. Que necessitam que o valor do apoio financeiro seja pago ainda em dezembro de 2017, por forma a conseguirem cumprir com as suas responsabilidades para a aquisição do veículo, já que têm dificuldade em obter empréstimo para o efeito.
4. Que se comprometem a apresentar todos os documentos necessários à finalização do processo num prazo máximo de 6 meses.

Deste modo, considerando que:

- a) A entidade garante que conseguirá executar o objeto da candidatura e do contrato programa n.º 49 DCD – 2017 celebrado em 1 de setembro de 2017 com o Município da Marinha Grande, no prazo de seis meses, isto é até 6 de maio de 2018;
- b) Sem o apoio financeiro do Município da Marinha Grande a entidade não tem capacidade financeira para suportar as despesas que se previa obter através de empréstimo bancário;
- c) Sem este apoio está em risco a execução das atividades promovidas pela associação.

- d) A importância do veículo adaptado para dar resposta aos atletas com deficiência e permitir-lhes a deslocação adequada para a prática desportiva;
- e) A Associação Portuguesa de Deficientes desenvolve a sua atividade no concelho, colmatando necessidades onde as suas congéneres não possuem capacidade de resposta.

**A Câmara Municipal, reconhecendo a importância da aquisição e disponibilização de uma viatura com as características da que a Associação Portuguesa de Deficiente se propõe a adquirir, bem como das atividades desenvolvidas pela beneficiária no e para o concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, realizar até 30 de dezembro de 2017, o pagamento da totalidade do apoio financeiro atribuído à Associação Portuguesa de Deficientes na reunião de Câmara de 17 de agosto de 2017, concedendo-lhe um prazo de até 6 de maio de 2018, para apresentação de um relatório nos termos do previsto na adenda ao contrato em anexo.**

**Mais delibera aprovar a adenda ao contrato-programa n.º 49 DCD-2017 em anexo.**

**A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*



*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**49 - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE EM VIRTUDE DA ENTRADA EM VIGOR DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA DE OVAR – MARINHA GRANDE (POC-OMG)**

1181 - Considerando que:

- A 10 de agosto de 2017 foi publicado em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, que aprovou o Programa da Orla Costeira de Ovar – Marinha Grande, POC-OMG;

- De acordo com o preâmbulo da referida Resolução aquele Programa estabelece um regime “de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que instituem ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos” pretendidos;

- A prossecução desses objetivos pressupõe a atualização das normas do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), incompatíveis com o POC-OMG, nomeadamente em matéria de edificabilidade, alteração do relevo natural e destruição da vegetação autóctone;

- As normas em apreço devem ser objeto de uma alteração por adaptação, tal como manda a referida Resolução na alínea b) do seu n.º 3 e no anexo III, que dela faz parte integrante, não podendo a mesma envolver, de acordo com o n.º 2 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - uma decisão autónoma de planeamento, limitando-se, tão só, a transpor o conteúdo das normas identificadas no anexo III à Resolução, para o PDMMG;

- Para transposição das normas em causa, optou-se, dada a sua relevância, por organizá-las num título autónomo (Título V), obedecendo ao tipo de divisão sistemática utilizado no Regulamento daquele Plano, inteiramente dedicado às Faixas de Proteção e Salvaguarda da Zona Terrestre de Proteção;

- A metodologia adotada para proceder à referida alteração suportou-se no mencionado anexo, que identificou as normas do PDMMG que colidem e contrariam o POC - OMG, bem como o tipo de incompatibilidades;

**A Câmara Municipal declara, de acordo com o n.º 2 do já citado artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio proceder à transposição das normas constantes do Programa da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande, devidamente identificadas na anexo III à Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, da qual faz parte integrante, para o Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, nos seguintes termos:**

“Título V  
**Zonas sujeitas a Regimes de Proteção e Salvaguarda**

Artigo 38.º  
**Âmbito e identificação**

1 - O presente título estabelece as regras aplicáveis às Faixas de Proteção e Salvaguarda, delimitadas na Carta de Ordenamento – Faixas de Proteção e Salvaguarda, as quais prevalecem sobre as demais regras estabelecidas no presente Regulamento.

2 - As Faixas de Proteção e Salvaguarda da Zona Terrestre de Proteção compreendem as seguintes tipologias:

- a) Faixa de Proteção Costeira;
- b) Faixa de Proteção Complementar;
- c) Margem;
- d) Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso – Nível I e Nível II;
- e) Faixas de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira – Nível I e Nível II;
- f) Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba Nível I e Áreas de Instabilidade Potencial;
- g) Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba Nível II;

#### Capítulo I

#### **Faixa de Proteção Costeira e Faixa de Proteção Complementar**

##### Secção I

##### **Regime geral**

##### Artigo 39.º

Nas faixas de proteção costeira e na Faixa de Proteção Complementar são interditas as seguintes atividades:

- a) Destruição da vegetação autóctone e introdução de espécies não indígenas invasoras, nomeadamente aquelas que se encontram listadas na legislação em vigor;
- b) Instalação de aterros sanitários, deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos fora dos locais para tal destinados;
- c) Instalação de quaisquer unidades destinadas ao armazenamento e gestão de resíduos;
- d) Rejeição de efluentes de origem doméstica ou industrial, ou quaisquer outros efluentes, sem tratamento de acordo com as normas legais em vigor;
- e) Prática de campismo e caravanismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- f) Outras atividades que alterem o estado das massas de águas ou coloquem esse estado em perigo.

##### Secção II

#### **Faixa de Proteção Costeira**

##### Artigo 40º

##### **Regime de Proteção e Salvaguarda**

1 - Na Faixa de Proteção Costeira da Zona Terrestre de Proteção, para além das interdições estabelecidas no artigo anterior, são ainda interditas as seguintes atividades:

- a) Novas edificações, exceto instalações balneares e marítimas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias, bem como núcleos piscatórios, infraestruturas, designadamente de defesa e segurança nacional, equipamentos coletivos, instalações de balneoterapia, talassoterapia e desportivas relacionadas com

- a) a fruição do mar, que devam localizar-se nesta faixa e que obtenham o reconhecimento do interesse para o setor pela entidade competente;
- b) Ampliação de edificações, exceto das instalações balneares e marítimas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias, dos núcleos piscatórios, pisciculturas e infraestruturas e nas situações em que a mesma se destine a suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e mobilidade;
- c) A abertura de novos acessos rodoviários e estacionamento, fora do solo urbano definido em plano municipal de ordenamento do território, exceto os previstos no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias;
- d) A ampliação de acessos existentes e estacionamento sobre as praias, dunas, arribas e zonas húmidas, exceto os previstos no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias e núcleos piscatórios;
- e) Alterações ao relevo existente ou rebaixamento de terrenos.

2 - Excecionam-se das interdições previstas nas alíneas a) e b) do número anterior os equipamentos e espaços de lazer previstos em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão consagrados no artigo 18.º do presente Regulamento, bem como os direitos pré-existent e juridicamente consolidados, à data da entrada em vigor do POC-OMG.

3 - Na Faixa de Proteção Costeira são permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes:

- a) Obras de desobstrução e regularização de linhas de água que tenham por objetivo a manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural;
- b) A realização de projetos de irrigação ou tratamento de águas residuais e desde que não haja alternativa;
- c) A implementação de percursos pedonais, cicláveis, para veículos não motorizados, e equestres, desde que acautelados os interesses de salvaguarda do sistema litoral e dos recursos naturais;
- d) A realização de obras de requalificação de empreendimentos turísticos existentes e devidamente licenciados, nomeadamente parques de campismo e de caravanismo, acautelando sempre os interesses de salvaguarda do sistema litoral e dos recursos naturais.

### Secção III **Faixa de Proteção Complementar**

#### Artigo 41º **Regime de proteção e salvaguarda**

1 - Na Faixa de Proteção Complementar da Zona Terrestre de Proteção, fora das áreas inseridas em perímetro urbano, para além das interdições estabelecidas no artigo 39º, é ainda interdita a edificação nova, ampliação e infraestruturização, com exceção das seguintes situações:

- a) Infraestruturas e equipamentos coletivos, desde que reconhecidos de interesse público pelo sector e apenas quando a sua localização nesta faixa seja imprescindível;
- b) Parques de campismo e caravanismo;

- c) Estruturas ligeiras relacionadas com a atividade da agricultura, da pesca e da aquicultura, fora da orla costeira;
- d) Instalações e infraestruturas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias, infraestruturas e núcleos piscatórios;
- e) Ampliação de edificações existentes que se destine a suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e mobilidade;
- f) Obras de reconstrução e de alteração, desde que não esteja associado um aumento da edificabilidade;
- g) Relocalização de equipamentos, infraestruturas e construções determinada pela necessidade de demolição por razões de segurança relacionadas com a dinâmica costeira, desde que se demonstre a inexistência de alternativas de localização no perímetro urbano e se localize em áreas contíguas a este e fora das Faixas de Salvaguarda;
- h) Direitos pré-existentes e juridicamente consolidados, à data de entrada em vigor do POC- OMG;

2 - Os edifícios e infraestruturas referidos no número anterior devem observar o seguinte:

- a) Respeitar as características das construções existentes, tendo em especial atenção a preservação do património arquitetónico;
- b) As edificações, no que respeita à implantação e à volumetria, devem adaptar -se à fisiografia de cada parcela de terreno, respeitar os valores naturais, culturais e paisagísticos, e afetar áreas de impermeabilização que não ultrapassem o dobro da área total de implantação;

3 - Na Faixa de Proteção Complementar é permitida a construção de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) quando não contrariem os objetivos do POC- OMG e tenham em consideração a sensibilidade do meio recetor, desde que devidamente autorizadas nos termos da lei e se revistam de interesse público declarado.

#### **Secção IV Margem**

##### **Artigo 42º Regime de proteção e salvaguarda**

1 - Na margem, para além das interdições estabelecidas para a Zona Terrestre de Proteção, são ainda interditas as seguintes atividades:

- a) Equipamentos que não tenham por função o apoio de praia, salvo quando se localizem em perímetro urbano e cumpram com o disposto neste capítulo;
- b) Realização de obras de construção ou de ampliação, com exceção das edificações e infraestruturas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias e núcleos piscatórios;
- c) Prática de atividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente.

#### **Secção V Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso**

Artigo 43º  
**Identificação**

- 1 - São definidas as seguintes Faixas de Salvaguarda em litoral arenoso:
- a) Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira, que se subdivide em:
    - i) Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira de Nível I;
    - ii) Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira de Nível II.
  - b) Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira, que se subdivide em:
    - i) Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira de Nível I;
    - ii) Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira de Nível II.
  - c) Nas faixas de salvaguarda em perímetro urbano, no que respeita ao regime de edificabilidade, são diferenciadas as seguintes áreas:
    - i) Nível I em frente urbana, entendendo-se como frente urbana a faixa paralela ao mar em perímetro urbano definida pela primeira linha de edificações da frente de mar em perímetro urbano;
    - ii) Nível I, fora da frente urbana;
    - iii) Nível II, em perímetro urbano.

Artigo 44º  
**Regime de proteção e salvaguarda**

- 1 - Nas Faixas de Salvaguarda Nível I deve observar-se o seguinte:
- a) Fora dos perímetros urbanos, é interdita a realização de operações de loteamento, obras de urbanização, a construção de novas edificações e a ampliação, reconstrução e alteração de edificações existentes, exceto quando se trate de obras de reconstrução e alteração das edificações que se destinem a suprir insuficiências de salubridade, habitabilidade e mobilidade;
  - b) Em perímetro urbano:
    - i. Nas frentes urbanas:
      - 1. São interditas operações de loteamento, obras de urbanização, obras de construção e obras de ampliação das edificações existentes, com exceção de obras de ampliação que se destinem a suprir insuficiências de salubridade, habitabilidade ou mobilidade;
      - 2. São permitidas obras de reconstrução ou de alteração das edificações, desde que não originem a criação de caves e de novas unidades funcionais;
    - ii. Fora das frentes urbanas:
      - 1. As novas edificações, ficam sujeitas ao disposto no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de outubro, até 10 de agosto de 2018;
      - 2. Admite-se a reconstrução, a ampliação, a alteração de edificações existentes, desde que tal não se traduza no aumento da sua altura, na criação de caves e de novas unidades funcionais, e não corresponda a um aumento total da área de construção superior a 25 m2, e não constituam mais-valias em situação de expropriação ou aquisição por parte do Estado.

2 - Nas Faixas de Salvaguarda Nível II:

- a) Fora dos perímetros urbanos, deve atender-se ao disposto nos artigos 39.º, 40.º, 41.º e 42.º, relativos ao regime de proteção e salvaguarda na Zona Terrestre de Proteção - Faixas de Proteção Costeira e Complementar e Margem;
- b) Em perímetro urbano, são admitidas novas edificações, ampliações, reconstruções e alterações das edificações já existentes legalmente construídas, desde que as edificações ou as áreas urbanas onde estas se localizem integrem soluções construtivas ou infraestruturais de adaptação/acomodação ao avanço das águas do mar, que permitam aumentar a resiliência ao avanço das águas, nomeadamente:
  - i. A utilização de técnicas e materiais construtivos no exterior dos edifícios resistentes à presença de água;
  - ii. Ao nível do piso térreo das edificações, a previsão de soluções que favoreçam o rápido escoamento das águas;
  - iii. Na pavimentação dos espaços exteriores devem ser utilizados materiais permeáveis;
  - iv. Outras que, em sede de projeto, se verifiquem adequadas.

3 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 e 2 do presente artigo:

- a) Os direitos preexistentes e juridicamente consolidados à data da entrada em vigor do POC-OMG, sem prejuízo da estratégia de adaptação indicada para cada Faixa de Salvaguarda e desde que comprovada a existência de condições de segurança face à ocupação pretendida junto da entidade competente para o efeito, não sendo imputadas à Administração eventuais responsabilidades pela sua localização em área de risco.
- b) As operações urbanísticas que se encontrem previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias e núcleos piscatórios, bem como instalações com características amovíveis/sazonais, desde que as condições específicas do local o permitam.

4 - Nas Faixas de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira são interditas caves abaixo da cota natural do terreno e nas edificações existentes, caso haja alteração de uso, é interdita a utilização destes espaços para fins habitacionais.

Secção VI

**Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba**

Subsecção I

**Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba Nível I e Áreas de Instabilidade Potencial**

Artigo 45.º

**Regime de proteção e salvaguarda**

1 - Na Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba - Nível I e nas Áreas de Instabilidade Potencial, em perímetro urbano, são proibidas novas edificações, a ampliação e a reconstrução das existentes, exceto quando se trate de:

- a) Obras de reconstrução exigidas por situações de emergência as quais devem ser objeto de parecer pelas entidades públicas diretamente responsáveis pela área afetada;

b) Obras de reconstrução ou de ampliação que incidam em áreas que tenham sido ou venham a ser objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geotécnicas e evolutivas da arriba e faixa de salvaguarda associada ou de intervenções específicas de estabilização, desde que demonstrem claramente que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas;

c) Obras de ampliação referidas na alínea anterior desde que não se traduzam no aumento de cércea, na criação de caves e de novas unidades funcionais e não correspondam a um aumento total da área de construção superior a 25 m<sup>2</sup>;

d) Obras destinadas à instalação de estacionamento, acessos e instalações amovíveis ou fixas, localizadas em setores de arriba onde, através de intervenções de estabilização, minimização ou corretivas, tenham sido anulados, minimizados ou atenuados os fenómenos de instabilidade presentes de modo a assegurar as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas.

2 - Fora dos perímetros urbanos, deve atender-se ao disposto nos artigos 39.º, 40.º e 41.º, relativos ao regime de proteção e salvaguarda na Zona Terrestre de Proteção - Faixas de Proteção Costeira e Complementar.

#### Subsecção II

### **Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba Nível II e Áreas de Instabilidade Potencial**

#### Artigo 46.º

#### **Regime de proteção e salvaguarda**

1 - Na Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba - Nível II, em perímetro urbano, são interditas obras de construção ou de ampliação, exceto quando se trate de:

a) Obras de ampliação desde que o edifício não ultrapasse 2 pisos e não se traduzam na criação de caves e de novas unidades funcionais que incidam em áreas que tenham sido ou venham a ser objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geotécnicas e evolutivas da arriba e faixa de risco adjacente ou de intervenções específicas de estabilização, e ainda seja demonstrado que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas;

b) Obras destinadas à instalação de estacionamento, acessos e instalações amovíveis, localizadas em sectores de arriba onde, através de intervenções de estabilização, minimização ou corretivas na arriba, tenham sido anulados, minimizados ou atenuados os fenómenos de instabilidade presentes de modo a assegurar as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas.

2 - Fora dos perímetros urbanos, deve atender-se ao disposto nos artigos 39.º, 40.º, 41.º, relativos ao regime de proteção e salvaguarda na Zona Terrestre de Proteção - Faixas de Proteção Costeira e Complementar."

**A presente declaração deve ser, nos termos do n.º 4 do artigo 121.º do mencionado Decreto-Lei n.º 80/2015, transmitida, previamente, à Assembleia Municipal, sendo depois transmitida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro- CCDRC e remetida para publicação e depósito.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **50 - RESUMO DE TESOUREARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia sete de dezembro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.350.249,49 €** (catorze milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e quarenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 19:45 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**

<b>O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.</b>
---